BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

Ano XXVI nº 1420 | 12/02/2018 a 25/02/2018

Tiragem desta edição **26.000 exemplares**

PROTEÍNA ANIMAL

MENOS TEMPO, MAIS QUALIDADE

sistemafaep.org.br

Aos leitores

O agro envolve inúmeras atividades. Em quase todas o Paraná é referência para outros Estados e países. Podemos usar a produção de proteínas de origem animal para comprovar, conforme mostra a matéria de capa deste Informativo. Nos últimos anos, genética, nutrição e capacitação têm permitido mais eficiência por parte dos produtores.

Isso vai ao encontro do discurso do presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, na Assembleia Geral, quando destacou "o alto nível dos produtores" que leva o Paraná ao "aumento do volume de produção com maior valor agregado. Razão pela qual somos campeões em diversas culturas". Com o SENAR-PR no papel de preparar o produtor para as tendências do mercado.

Também na defesa dos interesses do produtor, a FAEP conseguiu a prorrogação do Zarc do milho e do feijão 2° safra. Isso traz segurança aos agricultores que enfrentam o atraso no ciclo da soja. E, uma nova luta está em andamento. A intenção é não permitir que a Lei Kandir deixe de valer, como querem muitos políticos. Isso representaria um retrocesso para o país, e vamos lutar para evitar.

No mais, após a leitura, aproveite para destacar o guia do Programa de Regularização Tributária Rural, que auxilia na adesão ao Funrural.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Ágide Meneguette | Vice-Presidentes: Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santaroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO
Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Edição:** Cynthia Calderon
Redação e Revisão: André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuel
Contato: *imprensa@faep.com.br*

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1420:
Fernando Santos, Tony Oliveira, Wenderson Araujo/CNA, APPA, Milton Doria, Shutterstock, divulgação e arquivo FAEP.

ÍNDICE

CONVERSÃO ALIMENTAR
Genética, nutrição e capacitação impõem avanços nas proteínas de origem animal **PÁG. 3**

LEI KANDIR
Fim da norma representa um retrocesso para o país, e para o agronegócio
Pág. 8

IN 8
Término do prazo para adequações das regras de biosseguridade nos aviários
Pág.12

FUNRURAL
Confira como funciona o Programa de Regularização Tributária Rural
Pág. 15

ESTOQUES
Sobra de milho irá suprir demanda e evitar subida dos preços até a safrinha
Pág. 20

PLANTIO
Mapa prorroga o Zarc do milho safrinha e feijão 2° safra no Paraná
Pág. 25

Conversão eficaz e lucrativa

Avanço na nutrição, investimento em genética e capacitação dos produtores formam o tripé da transformação (ainda mais) rápida e eficiente da ração em carne

Por Carlos Guimarães Filho

A fórmula parece simples. Basta fornecer ração aos animais para que esses ganhem peso e produzam carne, que posteriormente será convertida em renda aos produtores. Porém, esse pensamento simplista é um ledo engano. A produção das principais proteínas (ave, suíno, bovino e peixe) envolve uma série de componentes e fatores. E, apesar da sua complexidade, os produtores do Paraná dominam os processos, a ponto de colocar o Estado no patamar de referência nacional e até mesmo mundial.

De alguns anos para cá, os processos envolvidos na produção destas quatro proteínas ganharam importantes aliados nas áreas de genética, nutrição e capacitação, que permitiram reduzir a duração do ciclo e a quantidade de ração fornecida aos animais, com resultado final ainda melhor (veja detalhes no infográfico da página 7). Trocando em miúdos, as técnicas mais refinadas, ao mesmo tempo, possibilitam maior eficiência em um período de tempo menor em todos os elos da cadeia produtiva, inclusive dentro da porteira. No final das contas, isso se traduz em maior rentabilidade com ganhos financeiros aos produtores e às integradoras, além de carne de qualidade aos consumidores.

"A seleção genética é fundamental para que os animais sejam resistentes e adaptáveis. Mas sem manejo e nutrição não resolve. Nos últimos tempos houve uma mudança de mentalidade. Os produtores passaram a se capacitar, adotar tecnologias e investir em equipamentos, principalmente para garantir manejo de qualidade. Junto a isso tivemos a nutrição. Hoje é fornecida dieta balanceada com vitaminas e aminoácidos aos animais", ressalta o gerente da empresa Aquabel, Ricardo Luis Schloegel, em relação a piscicultura, mas que cabe para as demais proteínas.

A caminhada até esse estágio de eficiência requer investimento, planejamento e persistência. Quem diz é Altacir Rissato, envolvido com avicultura desde 2002. Na propriedade localizada em Paranavaí, no Noroeste do Estado, o avicultor produz, com excelência de encher os olhos, 59 mil cabeças a cada ciclo, alojadas em dois aviários.

Há alguns anos, Rissato contabilizava números bastante modestos na comparação com os atuais. Um ciclo durava até 49 dias, e exigia o fornecimento de 1,8 quilo de ração por animal para produzir um quilo de carne, até atingir os 3,2 quilos para o abate. "Os avanços em tecnologia e pesquisa foram imensos nos últimos tempos. Genética tem influenciado bastante, junto com manejo. Tudo isso melhora e permite aumentar o fator de produção", garante.

A afirmação se revela nos resultados recentes, que o avicultor tem orgulho em mostrar. A média atual na propriedade é o fornecimento de 1,6 quilo de ração para produzir um quilo de carne. Ainda, o alojamento dos animais caiu para, no máximo, 43 dias. Há ciclos ainda mais eficientes, verdadeiros pontos positivos fora da curva no cenário macro.

"No terceiro ciclo do ano passado consegui um lote com conversão de 1,582 quilo de ração para 1 quilo de carne. Quanto menos ração é sempre uma economia", comemora. Numa conta simples, somente neste ciclo, a integradora, responsável pelo fornecimento da ração, economizou, por baixo, R$ 13 mil na comparação com a época que os animais precisavam consumir 1,8 quilo de ração para converter um quilo de carne.

Mas nem só de ração se faz um bom lote de frango. Outros fatores compõem a equação de sucesso. Neste em especial, Rissato destaca o controle do ambiente, desde a ventilação correta, manejo da entrada de luz e aquecimento do local. O avicultor de Paranavaí também não deixa de fora a genética dos animais. "A integradora investe bastante na qualidade do alimento fornecido e também na genética dos pintainhos. Isso fica comprovado nos resultados obtidos na hora de tirar os animais do aviário", comenta.

Exemplos como o de Rissato são encontrados com frequência, mais e mais a cada ano, entre o batalhão de 25 mil avicultores espalhados em todas as regiões do Paraná, de acordo com estimativa da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). Não é à toa que esse esforço coletivo coloca o Estado como o maior produtor de frango do país, com 1,790 bilhão de cabeças abatidas no ano passado (em 2016, foram 1,758 bilhão de cabeças), segundo números do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar).

Toucinho sem gordura

A suinocultura trilha caminho semelhante, principalmente em relação ao peso de abate, sem que parte significativa seja gordura. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), na década da 1980, os animais eram abatidos com 94 quilos após 180 dias, sendo necessário fornecer 3,6 quilos de ração para 1 quilo de ganho de peso, e espessura de toucinho de cinco milímetros. Desde o começo desta década a realidade é outra, mais eficiente, a começar pelo tempo de abate, que caiu para 140 dias. Ao término deste período, o animal pesa 120 quilos, sendo que a conversão passou para 2,4 quilos de alimento para 1 quilo de peso e espessura de toucinho de um milímetro.

"Os avanços se deram com investimentos em genéticas mais prolíferas e com a viabilidade destes leitões atrelados à atualização de níveis nutricionais de acordo com as exigências corretas destes novos animais", diz Julio Acosta, gerente nacional para suinocultura da Alltech do Brasil.

Ainda de acordo com o profissional, essas transformações na atividade não ocorreram apenas pela necessidade de ser mais eficiente dentro da porteira. As exigências dos

mercados interno e exportador por carne de qualidade e também as restrições quanto a utilização de algumas tecnologias como redução de antibióticos pressionaram no sentido que a atividade seja sustentável, lucrativa e, na ponta final da cadeia, mais procurada para o consumo.

"A genética contribuí com maior número de leitões viáveis por matriz. A nutrição com a utilização de enzimas, minerais orgânicos e melhoradores de desempenho que atendem às exigências do suíno moderno, para melhorar o desempenho do seu potencial genético. Outro pilar importante é o investimento no ambiente, como manejo do espaço, atividades preventivas como vacinas e respeito ao vazio sanitário para diminuir a pressão de patógenos dentro das instalações", pontua Acosta.

Debaixo d'água

Por terra ou por água, a eficiência do Paraná é um fato indiscutível quando se trata de proteína animal. Os resultados da piscicultura estadual, que cresce em progressão geométrica nos últimos anos, comprovam que o Estado tem a produção de tilápia, carro-chefe da atividade, no seu DNA. Os dados atuais na comparação com dez anos atrás mostram o tamanho do avanço.

Na década passada, um produtor envolvido com a atividade levava, em média, 230 dias para alcançar animais com 900 gramas (peso ideal para o abate), sendo que o rendimento de filé girava em 29%. Nos dias atuais, com as técnicas disponíveis, os pescados atingem o peso de abate em 170 dias. Mais, com índice de rendimento de filé na casa dos 38%.

Para Schloegel, da Aquabel, empresa que produz 70 milhões de alevinos de tilápia por ano, a piscicultura paranaense pode melhorar ainda mais seu desempenho. "É possível reduzir para 120 dias, com cerca de 40% de rendimento de filé", garante.

O crescimento da atividade no Estado tem atraído até mesmo os olhares estrangeiros. Recentemente, a Aquagen, empresa norueguesa que desenvolve, produz e distribui material com melhoramento genético para a aquicultura, adquiriu a Aquabel com a proposta de entrar no mercado brasileiro. O objetivo é implantar a expertise do salmão, espécie típica do Leste europeu, para acelerar o processo da tilápia.

Capacitação

Independente da proteína, os avanços registrados têm lastro no tripé genética, nutrição e capacitação. Esses velhos paradigmas, tão importantes para o agronegócio como um todo, serve de suporte para a produção de carne dentro da porteira.

No quesito capacitação, os pecuaristas estão cientes da necessidade da reciclagem tanto do próprio dono da propriedade como dos funcionários, para acompanhar as tendências e tecnologias do mercado. Neste momento, o SENAR-PR aparece como o grande aliado do produtor rural, oferecendo uma vasta gama de cursos e capacitações.

Somente em 2017, a entidade promoveu mais de 5,2 mil cursos de Formação Profissional Rural (FPR), atingindo 102 mil participantes. Na área de piscicultura, foram 72 turmas do curso 'Sistemas de Cultivo', preparando 930 produtores para a atividade.

"A piscicultura apresenta grande potencial produtivo no Estado, principalmente em função da disponibilidade de recursos hídricos para produção em tanque-rede e escavado e a proximidade com o mercado consumidor de São Paulo. Os produtores sabem que é uma atividade que exige capacitação, e estão buscando", explica Alexandre Lobo Blanco, médico veterinário e técnico do SENAR-PR.

Ainda, o curso de 'Operação de controladores de ambiência para aviários' contabilizou 44 turmas em 2017, com quase 500 alunos, enquanto o curso 'Manejo de bovinos de corte' registrou 41 eventos e 540 participações.

Confira os cursos relacionados à produção animal oferecidos pelo SENAR-PR

Avicultura

Operação de controladores de ambiência para aviários

Suinocultura

Toda granja / Recria a terminação

Bovinos de Corte

Casqueamento / Manejo / Manejo e casqueamento / Inseminação artificial

Piscicultura

Sistema de cultivo

Com métricas diferentes, bovinos também engordam mais

Apesar de a pecuária de corte também registrar ganhos significativos nos últimos anos, os avanços na conversão não são tão nítidos como nas demais proteínas. As métricas envolvidas na criação de bovinos de corte são amplas, muitas vezes difíceis de contabilizar e mensurar.

"No ruminante, há sistemas de produção que podem abater em 12 meses com eficiência alimentar fantástica e outros com 48 meses. Numa comparação, seria o cara que produz frango em sistema de integração bastante tecnificado e outro que ainda produz galinha caipira", explica Carlos Zilioti, zootecnista e gerente de vendas de gado de corte da Alltech no Mato Grosso do Sul.

O especialista em nutrição e pesquisador da Embrapa Gado de Corte, Sérgio Raposo de Medeiros, compartilha do pensamento. "As outras cadeias têm pacotes tecnológicos bem definidos. Isso permite que seja mais fácil a percepção da melhora. O controle da alimentação é mais fácil, e acaba sendo utilizado a favor. O tempo entre as gerações é mais curto, o que permite a seleção, tornando a produção eficiente", explica. "Bovino não tem métrica. O sistema de produção não é engessado", complementa.

Mesmo assim, alguns dados comprovam o aumento da eficiência na conversão do rebanho. De acordo com dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), a área de pastagem no país diminuiu 12% nos últimos 20 anos (de 188 milhões de hectares para 167 milhões de hectares). Na contramão, a produtividade anual por hectare, no mesmo período, mais do que dobrou, de 1,6 arroba para 3,8 arrobas.

"Nos últimos anos, os programas de melhoramento passaram a incluir a eficiência alimentar. A tendência no futuro é melhorar cada vez mais a conversão", aponta Medeiros.

Zilioti também aponta os programas de melhoramento como a melhor maneira para atingir a eficiência alimentar. "Um animal confinado com ração balanceada ganha 1,4 quilo de peso vivo por dia do desmame até o abate, cerca de oito meses depois. No sistema tradicional, sem densidade energética, leva 40 meses", argumenta. "Pena que ainda é uma parcela pequena de produtores que utiliza cruzamento, inseminação artificial combinados com nutrição balanceada."

A evolução dos tempos

Nos últimos anos, genética, nutrição e capacitação caminharam de mãos dadas para reduzir o tempo do ciclo e a quantidade de ração fornecida aos animais, tornando a produção de proteína ainda mais interessante economicamente.

	PASSADO	PRESENTE
	230 dias até as 900 gramas (peso do abate) **29%** de rendimento de filé	**170 dias** até atingir 900 gramas **38%** de rendimento de filé
	180 dias até atingir 94 quilos para o abate **3,6 quilos** de ração para 1 quilo de ganho de peso	**140 dias** até atingir 120 quilos para o abate **2,4 quilos** de ração para 1 quilo de ganho de peso
	49 dias de ciclo **1,8 quilo** de ração para 1 quilo de ganho de peso	**42 dias** de ciclo **1,550 quilo** de ração para 1 quilo de ganho de peso
	1,6 arroba/hectare/ano (pastagem)	**3,8 arrobas**/hectare/ano (pastagem)

* dados são uma referência das atividades, pois dependem do alimento fornecido, idade do animal, genética, manejo, sistema de produção, entre outros fatores.

Fontes: Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), IBGE, Aquagen e Departamento Técnico Econômico da FAEP.

Ameaça legislativa

PEC que tramita no Senado propõe acabar com a Lei Kandir, onerando as exportações do agronegócio

Por André Amorim

O retorno dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional no dia 5 de fevereiro trouxe uma preocupação adicional para os produtores brasileiros. Está pronta para ir a plenário no Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37/2007 que revoga a desoneração do ICMS incidente nas exportações de produtos primários e semielaborados.

Em português claro, a medida derruba por terra a Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/96), que entrou em vigor em 1996 tornando os produtos primários e semielaborados – como soja, milho, frango resfriado e outros itens do agronegócio – isentos do ICMS nas exportações. A medida, que contribuiu de sobremaneira para que o os produtos brasileiros se tornassem competitivos no disputado mercado internacional, pode ser sepultada em um futuro próximo.

Para se ter ideia do tamanho da encrenca, caso a PEC seja aprovada, as perdas dos produtores rurais brasileiros serão de cerca de R$ 26 bilhões por ano, ou 5% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional em 2016, que é de R$ 527,9 bilhões, conforme cálculos do Departamento Técnico Econômico da FAEP, com base em dados do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Essa oneração refere-se a alíquota de 12% do ICMS incidente sobre os produtos do agronegócio exportados no ano de 2016, que somaram US$ 63,157 bilhões ou R$ 219,787 bilhões (usando como referência o valor da moeda americana de R$ 3,48).

Tomando por base o valor de uma saca de soja vendida a R$ 67 o valor do ICMS incidente (12%) será de R$ 8,04. Se retirarmos o custo variável de R$ 32,30 (48%) e o custo fixo R$ 24,05 (36%) sobra para o produtor rural um lucro de R$ 2,61 por saca.

"Nesse cálculo, se a soja estiver a R$ 59 (a saca) não pago nem meu custo de produção", avalia o presidente da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, Ivo Arnt Filho, produtor na região de Tibagi. "Isso vai inviabilizar o agronegócio", sentencia. Segundo ele, é difícil mensurar o tamanho do estrago que será causado caso a PEC seja aprovada. "Vai impactar as exportações e toda cadeia

de produção", diz. Na sua opinião, a sanha arrecadatória do governo deveria encontrar outra fonte, e não a atividade que vem puxando a economia brasileira e ancorando nossa balança comercial. "O governo quer arrecadar de qualquer jeito, mas não é o agronegócio que tem que pagar a conta, é o governo que tem que gastar menos", pondera.

Arnt não é uma voz isolada, diversas entidades representativas do agronegócio nacional vêm demonstrando apreensão em relação à referida PEC. A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) encaminhou em janeiro deste ano, duas cartas ao presidente do Senado da República, Eunício de Oliveira (PMDB-CE) manifestando preocupação em relação à medida. Na primeira missiva, os dirigentes da entidade argumentam que o elevado custo tributário "impacta diretamente a receita líquida final do produtor brasileiro, diminuindo sua capacidade de investimentos e limitando o potencial de expansão de sua produção".

A Anec também traz como comparação o exemplo da Argentina, onde o imposto sobre as exportações de soja – as chamadas "retenciones" – freia o desenvolvimento da oleaginosa no país vizinho. "Seguir o exemplo malsucedido de nosso principal concorrente na América do Sul seria um grande equívoco", diz o texto encaminhado ao presidente do Senado.

O Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) também se posicionou contrário à aprovação da PEC. Em 2017, as exportações das cooperativas paranaenses somaram US$ 2,61 bilhões. Segundo o superintendente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Robson Mafioletti, a aprovação da medida seria um grande desestímulo para os produtores do Estado. "Isso vai impactar toda cadeia produtiva e desestimular investimentos em tecnologia", avalia.

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, se posicionou recentemente afirmando, em artigo, que "revogar a Lei Kandir é voltar ao Brasil Colônia", em referência à época em que a coroa portuguesa cobrava "o quinto" de todas as riquezas produzidas em território brasileiro, o que levou à criação da expressão "quinto dos infernos".

Neste artigo Meneguette argumenta que as exportações do agronegócio aumentaram quase quatro vezes entre 1997 e 2017 (período de vigência da Lei Kandir), saltando de US$ 16,3 bilhões para US$ 63,16 bilhões. Essa informação demonstra a importância de proporcionar competitividade a um setor que se tornou o fiel da balança comercial brasileira.

Estados X União

A Lei Kandir foi um divisor de águas na história da produção brasileira. A desoneração da exportação dos produtos industrializados já estava prevista pela Constituição Federal de 1988. Em setembro de 1996 o deputado Antônio Kandir propôs que a isenção de ICMS fosse estendida para produtos primários e semielaborados destinados à exportação.

Esta medida previa no seu artigo nº 31 mecanismos de compensação, pela União, das perdas de arrecadação ocorridas nos Estados da federação. Ocorre que este pagamento nunca foi realizado corretamente, tornando-se fonte de permanente conflito. Em 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (com apoio de outros Estados) propôs liquidar dívidas dos Estados com o governo federal com créditos referentes às perdas ocorridas com a Lei Kandir.

No Paraná, o impacto da cobrança de ICMS nas exportações traria graves consequências para o setor produtivo. O Estado é um dos principais exportadores brasileiros de soja e o maior exportador de frango do país. A reportagem do Boletim Informativo solicitou à secretaria estadual da Fazenda quanto o Paraná deixou de arrecadar em ICMS desde o início da Lei Kandir, porém, até o fechamento desta edição não houve resposta do órgão de Estado.

O produtor paga a conta

"O grande problema é que nessa briga entre Estados e União, chamaram um terceiro para pagar a conta, que é o contribuinte, o agronegócio", observa o advogado tributarista Fábio Calcini, professor de direito do agronegócio da FVG e sócio do escritório Brasil, Salomão & Matthes. Segundo ele, a União nunca ressarciu a contento os Estados pelas perdas de arrecadação advindas da Lei Kandir.

Esta é, aliás, uma das justificativas presentes no relatório do Senador Antônio Anastasia (PSDB-MG) sobre a PEC nº37/2007: "É chegada a hora de sepultarmos essa desoneração provocada pela Lei Kandir, porque a União nunca ressarciu a contento os Estados das perdas dela decorrentes. Mesmo agora, no âmbito da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir (...), a União não demonstra boa-vontade para tratar do assunto e trabalha para manter a ausência de regras claras", afirmou.

Segundo Calcini, dizer que a União não cumpriu com a parte dela em relação à arrecadação dos Estados "é o argumento político" da PEC. A realidade é que a má administração de muitos Estados deixou as contas públicas em frangalhos, e agora se pretende aumentar a arrecadação a qualquer preço.

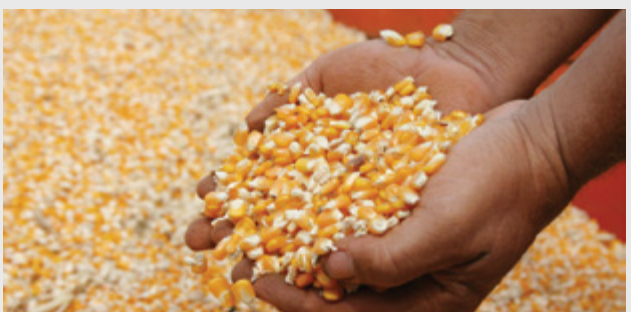
O jurista observa também dois pontos frágeis no texto da proposta, que poderão fazer com que não seja aprovada. "Entendo que a imunidade tributária, mesmo aquela criada por emenda constitucional, torna-se clausula pétrea, não pode ser alterada", afirma, referindo-se ao direito conquistado pelos produtores e exportadores de isenção do ICMS. O segundo ponto diz respeito ao texto da proposta. "A PEC diz que vai respeitar o prazo de 90 dias para entrar em vigor. Porém existe o princípio constitucional da 'anterioridade'. Desta forma, na minha visão, caso aprovada, ela só poderia valer a partir de 2019", avalia.

Como se trata de uma PEC, a proposta precisa ser aprovada por três quintos dos parlamentares. Se for aprovada no Senado, a medida segue para a Câmara Federal e – no caso de alguma alteração no texto – volta para o Senado para nova votação.

NOTA

USDA: 92 mi/t de milho no Brasil

O último relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), publicado no dia 6 de fevereiro, traz a previsão de 92 milhões de toneladas de milho para a safra brasileiro 2017/18. O dado leva em consideração a diminuição da área plantada nos primeiro e no segundo ciclos, além de um retorno da produtividade a níveis considerados normais para a cultura. Caso o dado seja confirmado, a safra nacional será 6 milhões de toneladas menor em relação a 2016/17. Segundo os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que são utilizados pelo Usda, na safra de verão ocorreu redução de 9,2 na área plantada em relação ao ciclo anterior, principalmente nas regiões Sul e Centro-Oeste. Na safrinha, que concentra 70% da produção do cereal no Brasil, a expectativa é de um leve decréscimo. Ainda de acordo com o governo norte-americano, as exportações brasileiras de milho na safra 2017/18 devem ficar próxima das 34 milhões de toneladas, um milhão a menos que na temporada passada. O consumo interno é estimado em 61,5 milhões de toneladas.



Moringa Cheia recupera voçoroca no Rio Iraí

Metodologia do programa, que faz parte do Prosolo, deve ser replicada em outros reservatórios do Estado, possibilitando o manejo adequado dos solos e das águas

Seis meses após o lançamento, o programa Moringa Cheia, que faz parte das ações do Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo), contabiliza os primeiros resultados. O projeto-piloto, com a finalidade de aplicar a metodologia, executou obras de controle e recuperação em uma voçoroca no reservatório do Rio Iraí, no município de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. A área era um passivo ambiental de 17 anos, desde a época da construção da barragem.

Com o resultado – o trabalho está na fase final – o Moringa Cheia será replicado em outros reservatórios do Estado, possibilitando o manejo adequado dos solos e das águas com preservação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e das microbacias nos mananciais de captação de água. O plano é recuperar áreas em diversas bacias hidrográficas do Paraná até 2022.

O Moringa Cheia surgiu de uma demanda da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), para continuar garantindo o abastecimento de água de qualidade à população, sem qualquer risco. Para isso, os cuidados com o solo e a qualidade da água precisam ocorrer de maneira integrada e indissociável. Assim, o produtor rural, que tem a propriedade dentro das bacias de captação para tratamento da água, tem papel fundamental no processo.

Segunda fase

Para debater como avançar os próximos passos desse programa, a Sanepar esteve reunida, no dia 6 de fevereiro, em Curitiba, com o presidente da FAEP, Ágide Meneguette; o superintendente do SENAR-PR, Geraldo Melo Filho; Ronei Volpi, consultor técnico da FAEP; e Carla Beck, engenheira agrônoma do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP. Representado a Sanepar participaram: Glauco Requião, diretor de Meio Ambiente e Ação Social da Sanepar; Joaquim Severino, consultor estratégico da companhia; e Ester Amélia Assis Mendes, geóloga da mesma empresa.

O objetivo do encontro foi coletar as sugestões do Sistema FAEP/SENAR-PR antes de colocar em prática as ações de recuperação de rios, nascentes e cursos d'água no entorno das áreas de captação de água para o abastecimento dos municípios estaduais atendidos pela Sanepar. O projeto foi elaborado pela Emater e está sendo executado pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar).

Lançamento

O lançamento do Moringa Cheia ocorreu no evento de comemoração de um ano do Prosolo, realizado no Palácio Iguaçu, no dia 4 de setembro de 2017. Essa "parceria" entre as duas ações ocorre pelo fato do trabalho realizado nas lavouras e áreas rurais ter reflexo direto na qualidade e na quantidade de água disponível para o consumo humano.

Fim do prazo para se adequar

Produtores de aves têm até o dia 3 de março para alterar estruturas e procedimentos relacionados ao controle sanitário em granjas

Termina no dia 3 de março o prazo para os avicultores se adequarem a novas regras de biosseguridade estabelecidas pela Instrução Normativa (IN) nº 08/2017 (ver box na página 14). O instrumento alterou outras normativas que tratavam do mesmo assunto. A maioria dos produtores de aves do Paraná já cumpre essas exigências desde antes mesmo de ser publicado o texto de 2017. No entanto, ainda há casos em que são necessárias obras nos barracões e no entorno e a adoção de alguns procedimentos para cumprir plenamente os pedidos da nova IN.

A partir da data limite (3/3) quem não estiver em dia com todas essas exigências ficará impedido de obter o "Registro Avícola Comercial", junto a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). Esse "cadastro" é essencial para alojar animais. Caso a propriedade não conste nesse sistema, a empresa de onde saem os frangos para o alojamento não poderá emitir a chamada Guia de Trânsito Animal (GTA), ou seja, o transporte do lote ficará impedido.

O fiscal Cassiano Kahlow, da Adapar, reforça que apesar de o prazo soar como algo drástico, o cumprimento de medidas determinadas em instruções normativas é uma rotina aos produtores. "O foco do registro é aumentar a biosseguridade no estabelecimento. Entende-se obrigatório porque a avicultura brasileira está em destaque mundial. Não há hoje como trabalhar sem essas regras", defende.

O especialista da Adapar ressalta que até 2016, 30% dos barracões do Estado tinham sido registrados. Já em 2017, esse número saltou para mais de 80% dos aviários paranaenses. Segundo Kahlow, o ritmo de pedidos de registros se intensificou justamente com a publicação da

nova IN e a incidência de problemas sanitários em outros países. “Os focos principalmente de influenza aviária nos Estados Unidos em 2014 e 2015 acenderam um alerta e a cobrança para aumentar ainda mais o controle sanitário foi intensa”, lembra.

O Paraná é um dos Estados que está mais avançado em relação ao cumprimento de exigências em termos de sanidade. Reflexo disso é que recentemente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) também tem constatado um aumento no requerimento de registro dos estabelecimentos avícolas. Segundo a pasta, esse é um sintoma de que as adequações em biosseguridade estão em dia.

Biossegurança não é facultativo

A médica veterinária do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP Ariana Weiss Sera lembra que a IN 08 é uma entre várias que foram estabelecidas nos últimos anos. Pelo menos há uma década se fala em fazer adequações em propriedades avícolas e esse é um assunto bem encaminhado no Estado. “Podemos dizer que pelo número de granjas que temos no Estado, idade média das estruturas e nossa representatividade na produção estamos bastante adiantados em relação a outros Estados”, avalia.

Ariana reforça que um controle sanitário bem feito reflete diretamente na rápida resposta a qualquer emergência nesse sentido que possa surgir. “Essa é uma questão que precisa ser levada muito a sério, porque faz parte da primeira frente de combate a possíveis problemas, que podem rapidamente pôr em risco o plantel avícola e a economia paranaense como um todo, por consequência”, alerta.

Exemplo que vem da granja

O produtor rural e avicultor Carlos Sérgio Bonfim de Andrade, de Castro, nos Campos Gerais, sabe bem qual é a sensação de ter feito o dever de casa. Desde que começou na atividade, há 12 anos, mantém em dia todos os seus aviários conforme as Instruções Normativas que vão sendo publicadas. “Nosso frango é 100% exportado, então a questão é simples: ou está 100% de acordo ou não exporta e é prejuízo. Essa é uma questão primordial para nós”, explica.

Andrade, no entanto, pondera que o investimento para manter tudo em dia é a parte que mais pesa. “Sabemos da importância disso, não esperamos passar o tempo para ‘sofrer’ o fato de ter que fazer, mas quem sofre nesse caso é o bolso. Ao mesmo tempo, não tem o que questionar, é necessário fazer e pronto. Recebemos o apoio da integradora, a Adapar vem fiscalizar se está de acordo e aqui para nós funciona bem”, relata.

O avicultor Jhovan Meurer Potrich, de Paranavaí, no Noroeste do Paraná, concorda que IN é para ser cumprida e que as exigências são favoráveis à cadeia como um todo. “Tem muito produtor que acha que o prazo deve ser prorrogado. Eu acredito que o prazo foi suficiente e que o que está sendo exigido é o mínimo que um aviário tem que ter”, opina. “O que a gente não pode confundir é que muitas vezes o custo disso não é compatível ao produtor e ele acaba não sendo remunerado por isso”, relativiza.

Porém, Potrich diz que se for colocar outros aspectos na balança, investir em biossegurança é algo que vale a pena. “Tenho o negócio com dois irmãos e estamos na atividade há quase sete anos, desde o início sempre construímos tudo dentro das normas sanitárias. Nós nunca tivemos nenhum histórico de salmonela, por exemplo, e isso para mim conta muito. Qualquer tipo de interferência dessa natureza pode prejudicar muito, até mesmo inviabilizar um projeto”, assinala. “Mas acredito que mesmo que não tivesse construído já dentro das normas, o prazo teria sido suficiente para fazer as adequações”, completa.

Indústria

Da parte da indústria, a questão sanitária é algo que vem sendo trabalhado há décadas, como explica o presidente do Sindicato das Indústrias Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar), Domingos Martins. “Esse é o fator de maior margem da avicultura brasileira. A nível internacional, os países sabem que trabalhamos com seriedade. Aqui não tem frango sendo carregado em garupa de bicicleta. Temos a melhor alimentação, o melhor processo de aquecimento, um controle rigoroso para se produzir mais e melhor. Somos aquilo que comemos e estamos atentos a tudo isso”, comenta.

Martins comenta que o reconhecimento de um prazo pelo poder público para adotar essas novas medidas é um avanço nas normas sanitárias do país. “Você não permitir a visita de qualquer pessoa nas granjas a qualquer hora pode parecer uma coisa boba, mas é algo muito importante. O nosso status sanitário hoje, de sermos livres de influenza, tem a participação de fatores geográficos, mas está bem longe de ser sorte. Nossa biossegurança nas granjas envolve um trabalho duro de todos os envolvidos na cadeia produtiva”, enfatiza.

SENAR-PR oferece cursos na área de avicultura

O SENAR-PR promoveu, em agosto de 2017, uma série de palestras, em parceria com a empresa integradora de aves Granjeiro, com sede em Rolândia, no Norte do Paraná. O objetivo foi sensibilizar os produtores quanto a necessidade de ficar atento ao que pedem algumas Instruções Normativas que regulamentam a atividade. As palestras foram seguidas de visitas a um aviário para que as adequações necessárias pudessem ser vistas na prática.

Além de iniciativas como essa, o SENAR-PR oferece outras formações relacionadas à área de avicultura. Para saber mais, procure o Sindicato Rural mais próximo ou uma das Administrações Regionais do SENAR-PR. Você também encontra mais informações em nosso site: www.sistemafaep.org.br.

Mudanças necessárias nas granjas

- instalação de telas
- arcos de desinfecção
- cercas externas
- tratamento de água
- controles de roedores
- controle de outros possíveis vetores

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA RURAL (PRR)

FUNRURAL

1. LEGISLAÇÃO:

1.1 Lei nº 13.606, de 09/01/2018

1.2 Instrução Normativa nº 1.784 de 19/01/2018 – RFB

1.3 Portaria nº 29 de 12/01/2018 – PGFN

1.4 Ato Declaratório Executivo CODAC/RFB nº 1, de 22/01/2018

2. DÍVIDAS AMPARADAS:

2.1 Contribuição previdenciária **vencida até 30 de agosto de 2017.**

a) Dos últimos cinco anos para quem não ingressou com ação na justiça ou não foi notificado, nem esteja com a dívida inscrita em Dívida Ativa da União.

b) A partir da data do ajuizamento da ação judicial que deu fundamento ao não recolhimento.

2.2 Dívidas geradas pelo **não recolhimento** do valor equivalente ao percentual de 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) sobre a comercialização da produção agropecuária devida ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) referente aos produtores rurais pessoa física (art. 25, I e II da Lei nº 8.212/91), e do valor equivalente ao percentual de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) referente aos produtores rurais pessoas jurídicas (art. 25 da Lei nº 8.870/94).

3. DEVEDOR / SUJEITO PASSIVO:

3.1 Contribuinte produtor rural pessoa física ou pessoa jurídica, com ações judiciais em andamento, ou que aproveitaram ações judiciais propostas pelos seus sindicatos ou associações, cuja regularização dos débitos vem **evitar o lançamento de multas.**

3.2 A empresa adquirente (agroindustrial, consumidora, consignatária ou da cooperativa), na condição de sub-rogada nas obrigações da pessoa física (produtor rural e do segurado especial), quando deixou de reter e recolher o valor da contribuição por iniciativa própria ou por decisão judicial.

3.3 O produtor rural com receita obtida com a comercialização da sua produção comercializada diretamente com **consumidor pessoa física no varejo, ou segurado especial.**

4. COMO IDENTIFICAR O VALOR DA DÍVIDA – PRODUTOR RURAL:

4.1 Produtor rural pessoa física ou jurídica:

a) Informações contidas na declaração de **Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)** ou da **Pessoa Jurídica (IRPJ).**

b) Através das **Notas Fiscais de venda da produção**, inclusive para pessoa física.

c) No portal da Receita Federal do Brasil – RFB e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN para os contribuintes que receberam autos de infração, relativos a Contribuição Previdenciária.

4.2 Tempo a ser considerado no levantamento do passivo:

a) Dos **últimos 5 (cinco) anos** para os contribuintes que entregarem as GFIP retificadoras ou exclusivas.

b) **Desde a data da ação inicial,** para os contribuintes com ações judiciais em curso, ou que aproveitaram ações judiciais impetradas pelos seus sindicatos ou associações, desde que a contribuição previdenciária não tenha sido recolhida.

c) Para incluir no PRR os débitos ainda não confessados, o contribuinte deve **declará-los em GFIP,** conforme as orientações no quadro a seguir:

GFIP	GPS	Depósito Judicial	O que fazer
Não declarou a comercialização em GFIP.	Não efetuou pagamento.	Não fez.	Fazer GFIP com informação exclusiva de Comercialização da Produção em código Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS) diferente daquele habitualmente utilizado pelo produtor rural pessoa física (exceto FPAS 655, 663, 671, 680 e 876) e efetuar o pagamento das contribuições relativas à aquisição (venda) da produção rural com os devidos acréscimos legais.
Não declarou a comercialização em GFIP.	Não efetuou pagamento.	Fez o depósito judicial	Fazer GFIP com informações exclusivas de Comercialização da Produção em código Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS) diferente daquele habitualmente utilizado pelo produtor rural pessoa física (exceto FPAS 655, 663, 671, 680 e 876).

IMPORTANTE:

I - Depósitos judiciais: são convertidos em renda para a União, portanto, devem ser deduzidos do valor da dívida.

II - O pagamento **não terá os acréscimos de multa de mora**, se for efetuado até 30 (trinta) dias após a data da publicação da decisão judicial que tornou devida a contribuição, nos termos do art. 63 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996, ou se **incluído no PRR até 28 de fevereiro de 2018.**

5. PRAZOS:

5.1 De adesão: Até o dia 28 de fevereiro de 2018.

5.2 De pagamento:

a) **Para adesão ao programa:** pagamento de, no mínimo, 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da dívida consolidada em até 2 (duas) parcelas, vencendo a primeira até 28/02/2018 e a segunda até 31/03/2018.

b) **Do Parcelamento:** restante da dívida consolidada em até 176 (cento e setenta e seis) meses, vencendo a primeira parcela em 30/04/2018;

c) **Do resíduo, se houver:** até 60 (sessenta) meses, com o vencimento da primeira parcela 30 dias após o vencimento da última prestação de que trata o item "b".

6. SALDO CONSOLIDADO DA DÍVIDA:

6.1 Com redução de 100% (cem por cento) dos juros de mora (Valor nominal);

6.2 Manutenção das multas e dos encargos legais, **quando houver.**

IMPORTANTE: A não regularização da Contribuição Previdenciária sobre a produção rural sujeitará o contribuinte a lançamento de ofício com imposição de **multas que variam de 75% a 225%** do tributo devido.

7. VALOR DAS PARCELAS:

7.1 Contribuinte Produtor Rural (Pessoa Física ou Pessoa Jurídica): o valor da parcela corresponderá a **0,8% (décimos por cento)** da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização da produção rural do ano imediatamente anterior ao do vencimento da parcela. **Prestação mínima de R$ 100,00 (cem reais);**

7.2 Adquirente de produção rural de pessoa física ou cooperativa: o valor da parcela corresponderá a **0,3% (três décimos por cento)** da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização do ano imediatamente anterior ao do vencimento da parcela. **Prestação mínima é de R$ 1.000,00 (mil reais).**

8. OUTROS PARCELAMENTOS COM A RFB OU PGFN:

8.1 Poderá continuar nos programas e ainda aderir ao PRR;

8.2 Migrar os débitos relativos ao FUNRURAL parcelados em outros programas para o PRR (Ex.: MP 793/17)

IMPORTANTE: A desistência de programas anteriores é integral, não sendo possível desistir de apenas parte dos débitos.

9. FUNRURAL – FUTURO – GFIP/SEFIP:

O **Ato Declaratório Executivo CODAC/RFB nº 1, de 22/01/2018,** dispõe sobre os procedimentos a serem observados para o preenchimento da GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, em virtude da redução de 2% para 1,2%, a partir de 01/01/2018, da alíquota da contribuição previdenciária do produtor rural pessoa física e do segurado especial incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção.
O produtor rural pessoa física, quando do preenchimento da GFIP, deverá observar os seguintes procedimentos:

a) **declarar em GFIP, no código FPAS 604**, as informações devidas, exceto a informação prevista na letra "b" a seguir;

b) **declarar em GFIP, no código de FPAS 833**, no campo "Comercialização Produção - Pessoa Física", a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção, inclusive a receita proveniente da comercialização da produção obtida em razão de contrato de parceria ou meação de parte do imóvel rural; da comercialização de artigos de artesanato; de serviços prestados, de equipamentos utilizados e de produtos comercializados no imóvel rural; do valor de mercado da produção rural dada em pagamento ou que tiver sido trocada por outra, dentre outras receitas, e nas situações previstas de comercialização da produção no exterior; diretamente, no varejo, a consumidor pessoa física; ao segurado especial;

c) **marcar na GFIP com código de FPAS 833** o campo "Informação Exclusiva Comercialização Produção e/ou Receita Evento Desportivo/Patrocínio";

d) **informar no campo "Compensação" da GFIP com código de FPAS 833,** a diferença relativa à contribuição previdenciária patronal entre o valor calculado pelo SEFIP sobre o campo "Comercialização Produção - Pessoa Física" e o valor apurado conforme a alíquota de 1,2% da receita bruta proveniente da comercialização da produção.

Obs: Inexistindo fato gerador de contribuição previdenciária, o contribuinte deverá apresentar GFIP com indicativo de ausência de fato gerador – GFIP sem movimento – na primeira competência da ausência de fatos geradores, dispensando-se a sua transmissão para as competências subsequentes até a ocorrência de fatos geradores de contribuição previdenciária.

Perfil profissional

A partir das informações coletadas nos encontros em Castro e Toledo, SENAR-PR está desenvolvendo novos cursos para a atividade

No segundo semestre deste ano, os suinocultores paranaenses terão mais três opções de cursos à disposição. Técnicos do SENAR-PR estão desenvolvendo os projetos para as capacitações 'Creche', 'Maternidade' e 'Reprodução'. O objetivo é atingir todas as fases da atividade, que tem no Paraná o maior rebanho nacional, com 7,13 milhões de cabeças, segundo IBGE. Atualmente, a entidade conta com dois cursos voltados à suinocultura: 'Toda granja', com 20 horas, e 'Recria e Terminação', com 12 horas.

O processo de montagem dos projetos começou ainda no ano passado, quando a equipe técnica do SENAR-PR realizou uma varredura do que existe no mercado. Com esses dados, o comitê técnico setorial realizou, em dezembro de 2017, duas reuniões em importantes polos estaduais da suinocultura – Castro, nos Campos Gerais, e Toledo, na região Oeste – para ouvir as partes envolvidas com a atividade.

Nas ocasiões, os encontros contaram com a participação de proprietários, funcionários, gerentes de granjas, técnicos, médicos veterinários e colaboradores de empresas e cooperativas. A forma de trabalho ao longo das reuniões permitiu a troca de informações, a descrição das funções dentro da granja, detalhes dos padrões de desempenho e as expectativas futuras em relação a atividade. Ainda, os participantes responderam um formulário, para que as informações possam ser utilizadas posteriormente.

"Fomos a campo ouvir o desejo do pessoal envolvido com a atividade. Essa metodologia permite que as informações venham do funcionário que está com a mão na massa e também de quem administra o negócio", explica a técnica do SENAR-PR Nicolle Wilsek.

Diante dos dados coletados, a equipe do SENAR-PR está montando a grade curricular dos futuros cursos. "Vamos compor um desenho curricular que atenda o sistema completo, para formar pessoas competentes na atividade", diz Josimeri Grein, pedagoga do SENAR-PR. A expectativa é realizar um projeto-piloto ainda neste primeiro semestre, para testar na prática os cursos.

De forma paralela, o SENAR-PR está selecionando novos instrutores que irão atuar nos cursos atuais e nos futuros. A entidade está com edital de contratação abertos (veja mais informações no site do Sistema FAEP/SENAR-PR – www.sistemafaep.org.br). "A demanda aumentou bastante. No ano passado, foram 11 turmas nos dois cursos existentes. Para esse ano já temos 27 programadas", comenta Nicolle.

Os profissionais interessados passam por capacitação online (técnica e pedagógica) e depois formação presencial, sempre com o acompanhamento dos técnicos do SENAR-PR.

Um olho no silo e outro na safrinha

Volume total produzido será menor, mas "sobra" do ciclo passado deve ser suficiente para suprir demanda inicial e evitar subidas intensas dos preços até a segunda safra

Por Antonio Senkovski

Ainda não se tem certeza de quanto, mas o volume de milho a ser colhido no Brasil no ciclo 2017/18 será menor. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) calcula uma redução de 9,8 milhões de toneladas, comparado com o volume da safra anterior (veja o gráfico na página ao lado). O tombo maior deve ocorrer ainda na primeira safra. E a preocupação é se haverá cereal suficiente para abastecer o forte apetite da cadeia produtiva de proteína animal até a entrada da safrinha. Além disso, o ritmo lento da comercialização que restou da última temporada também é algo a se manter no radar, como avaliam analistas de mercado.

Ana Luiza Lodi, analista de inteligência de mercado da INTL FCStone, explica que o calendário do milho brasileiro fecha anualmente no dia 31 de janeiro. Nesta data, em 2017, como reflexo da quebra no ciclo 2015/16, havia 6,9 milhões de toneladas nos chamados estoques de passagem (quantidade disponível do ano safra anterior). Já neste ano, como reflexo da safra recorde em 2016/17 e da comercialização mais lenta que o normal, o fim de janeiro fechou com 18,9 milhões de toneladas de estoques de passagem. "É normal essa subida, pois viemos de um período de recuperação após uma quebra", detalha.

A produção elevada e o estoque brasileiro bem abastecido fizeram os preços ficarem abaixo do esperado pelos produtores no primeiro semestre de 2017. O resultado foi uma comercialização lenta, que ajudou a fazer os preços subirem no segundo semestre, como aponta Ana. "Os preços estão fortalecidos não só porque a exportação deu impulso, mas também porque produtores adotaram esse comportamento, o que é comum. É normal no milho entrarmos o ano um pouco mais fortalecido, porque as exportações do cereal se concentram no segundo semestre. E ainda tem a questão da redução da safra de verão e a indefinição da safrinha", sinaliza.

Comparativo

Safra milho 2016/17
Primeira Safra: 30,4
Segunda Safra: 67,4
Total: 97,8

Estimativa de safra milho 2017/18
Primeira Safra: 24,7 (-18,7%)
Segunda Safra: 63,3 (-5,9%)
Total: 88 (-10,1%)

** em milhões de toneladas*

Camilo Motter, analista de mercado da Granoeste, concorda que esses são os dois fatores que merecem maior atenção nesse momento. Ele acrescenta que se tudo correr bem no clima, o comportamento do produtor na hora de vender é o que pode gerar algum problema isolado na relação oferta e demanda. "Nesse momento de definição da safrinha a grande dúvida é: com uma safra de verão menor, como vai ser feita a ponte de abastecimento do milho até a chegada do milho safrinha? Faltar não vai, mas se de repente o produtor reter muito a comercialização, o preço pode subir e talvez haja algum problema de oferta momentânea lá na frente", cogita.

O analista de mercado Paulo Molinari sinaliza que além de a área de milho verão ter caído, a entrada da safra de soja deve acrescentar mais um problema na vida de quem trabalha com o cereal. "No Paraná, por exemplo, a área de milho verão caiu quase 40%, é uma safra pequena. E agora começa a vir a soja forte, o que vai fazer o preço dos fretes explodir. A maior dificuldade do milho agora é a logística. Ele estará ofertado de forma mais localizada. De modo geral, isso de faltar milho não existe, mas vai ficar mais caro", aponta.

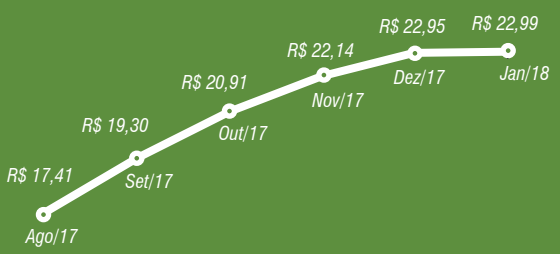
Paraná

O Paraná deve produzir 2,9 milhões de toneladas de milho na primeira safra e 12,2 milhões de toneladas na safrinha, totalizando 15,1 milhões de toneladas, conforme dados do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab). No ciclo anterior foram 4,9 milhões de toneladas na primeira e 13,2 milhões de toneladas na segunda (total de 18,1 milhões de toneladas). Mas essa diferença de 3 milhões de toneladas não deve provocar grandes solavancos no andar da carroça do milho, como aponta Edmar Gervásio, analista do Deral.

"O milho sempre tem essa característica. Como tivemos uma safra alta no ciclo passado, os estoques, naturalmente, tendem a ficar maiores", conta. "Milho não tem comportamento da soja, que tem giro maior. O produtor acaba segurando. Se tem estoque, não é ele que irá impactar de forma negativa. Os preços, em geral, estão de acordo com a média histórica" (veja o gráfico abaixo).

Gervásio lembra que apesar de o Brasil ter uma grande produção de milho, o consumo para a produção de proteína animal e a indústria de modo geral é expressivo, em torno das 60 milhões de toneladas ano. Somente no Paraná o consumo para ração fica em torno de 10 milhões de toneladas, enquanto a indústria usa mais 3 milhões de toneladas. "Se tiver mesmo essa produção esperada de 15 milhões de toneladas, o excedente sai para outros Estados e para a exportação, que não é relevante. O milho paranaense tem muito a característica de consumo interno, pois somos fortes em frangos e suínos", indica.

Média paga pela saca de milho (60 kg) ao produtor no PR



Fonte: Deral

A senhora LIBERDADE

Quadro de Eugéne Delacroix

Ao longo da história das civilizações a imagem feminina foi utilizada para retratar protetoras de diversos valores ou até mesmo segmentos. Sob o nome de mulher é chamada a maioria dos furacões e terremotos. Valores abstratos como justiça e liberdade também são representados por figuras femininas.

Entre elas, um dos símbolos, bastante difundido e bastante vivo por fazer parte da história moderna, é o da Revolução Francesa. Marianne é o nome que se dá à imagem que representa a permanência dos

valores da república e dos cidadãos franceses: Liberdade, Igualdade e Fraternidade (Liberté, Égalité, Fraternité).

Ninguém sabe ao certo a origem do nome. A versão mais aceita é da contração de dois nomes bastante populares na França do século XVIII, Marie e Anne, o que fez com que os aristocratas contrarrevolucionários, o considerassem pejorativo porque representava a plebe. Por isso, ela também é conhecida como a "Senhora Liberdade".

A escolha da imagem de uma mulher recai no simbolismo de ruptura com o antigo regime autocrático chefiado por homens e as virtudes da República. Uma deusa que tem a forma de uma mulher comum da época que com roupa esfarrapada e seios de fora, guia o povo por cima dos corpos dos derrotados, levando a bandeira tricolor da Revolução Francesa em uma mão e, na outra, um mosquetão com a baioneta calada. Sobre sua cabeça, um barrete frígio (touca), que fora usado pelos libertos romanos, simbolizando a liberdade durante a primeira Revolução Francesa (1789-1794).

Ela é a representação divina para um povo que vivia um período revolucionário e cheio de injustiças que iniciou com a Queda da Bastilha, em 1789, e teve seu ápice em 1793, quando a família real francesa foi toda guilhotinada. Em 1793, durante a Revolução Francesa, a catedral do Notre Dame, em Paris, foi transformada em um "templo à razão" e, por um momento, Marianne chegou a substituir a Virgem Maria em diversos altares.

É no quadro do pintor Eugène Delacroix, em 1830, que a "A Liberdade Guiando o Povo", ganha fama. Foi o mesmo quadro que inspirou a construção da Estátua da Liberdade, em Nova York, cujo nome oficial é "A Liberdade Iluminando o Mundo", uma versão maçônica de Marianne, projetada e construída pelo maçom Frédéric Auguste Bartholdi (1834-1904). Ela foi doada aos Estados Unidos, por Napoleão III, em comemoração aos 100 de declaração da Independência.

Marianne, a deusa Libertas da atualidade, deixou de ser um ícone dos franceses e ganhou o mundo, sendo adotado como representação gráfica da República em todo o Ocidente. Em especial, onde os movimentos libertários foram imprescindíveis para formação de nações livres.

Hoje, os bustos da "Senhora da Liberdade", contendo o lema da revolução, "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", podem ser encontrados em, praticamente, todos os edifícios públicos da França. Também são objetos obrigatórios em todos os templos maçônicos franceses, por isso, a efígie simbólica também ficou conhecida por "Senhora da Maçonaria". No Brasil, podemos ver o busto em monumento espalhados por diversas cidades e estampado nas cédulas e moedas de Real.

Pintura exposta no Teatro Cahors, na França

50 anos de trabalho pelo produtor rural

Jubileu de ouro do Sindicato Rural de Londrina reúne 700 pessoas em almoço comemorativo

O Sindicato Rural de Londrina completou 50 anos de história no dia 3 de dezembro de 2017. A data foi comemorada com uma grande festa que reuniu 700 pessoas entre associados e familiares, que celebraram o jubileu de ouro da entidade com um grande churrasco fogo de chão, realizado no Centro de Tradições Gaúchas (CTG) da cidade.

Durante a celebração foram homenageados diretores, ex-diretores, colaboradores e associados e houve o lançamento do livro "A Vitória do Trabalho", escrito pelo jornalista José Antonio Pedriali, que narra a trajetória dos 50 anos do Sindicato Rural de Londrina.

O agronegócio é um dos pilares da economia da região, e encontra na união dos produtores a chave para o desenvolvimento e crescimento do setor. Desde que foi criado em 1967, o Sindicato Rural de Londrina já enfrentou diversos períodos de tensão, como a geada negra, de 1975, que devastou os cafezais da região, transformando para sempre a configuração socioeconômica do Paraná. Segundo o presidente da entidade, Narciso Pissinati, de lá para cá muita coisa mudou na região. A soja ocupou gradualmente a lacuna deixada pela cultura cafeeira. Na esteira deste processo se instalaram no município o Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) e a Embrapa Soja, que deram suporte para diversas conquistas científicas e tecnológicas.

"Hoje a produção agropecuária tem altos níveis de produtividade e o município ampliou suas opções de produção como é o caso da fruticultura – laranja, morango, entre outras. Na pecuária, houve avanços nesses últimos 50 anos. Podemos destacar que o Paraná é detentor de um dos melhores e mais eficientes modelos de melhoramento genético do Brasil. Tudo isso começou aqui com nossos pecuaristas", destaca o dirigente.

Em todas estas etapas, o sindicato rural esteve presente defendendo os interesses da família rural. "Procuramos atender e capacitar nosso associado da melhor forma possível, prestando bons serviços de assessoria rural que ajudam nas demandas trabalhistas, no setor da previdência social, escrita rural, contratos agrários e assessoria ambiental e técnica do Imposto de Renda de Pessoa Física e Imposto Territorial Rural", pontua Pissinati.

Além de assessorar o produtor rural nestas áreas o sindicato oferece cursos realizados em parceria com o SENAR-PR, contribuindo de sobremaneira para a capacitação e a profissionalização no campo.

"Minha família é associada desde 1976. O Sindicato nos dá todo o suporte necessário para o bom andamento da propriedade, oferecendo cursos pelo SENAR-PR e promovendo o empreendedorismo. Declaração de Imposto de Renda, ITR, CAR... tudo que o produtor precisa fazer, o Sindicato nos ajuda e nos capacita", observa o produtor Ilham Lebbos Ruzon, do Sítio Jacutinga.

Mapa prorroga plantio do milho e feijão 2º safra

Aumento de 20 dias no Zarc atende 170 municípios no cereal e 176 na leguminosa do Estado

O pedido da FAEP junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no início de fevereiro, teve resultados práticos para os produtores paranaenses. O Diário Oficial da União, publicado no dia 6 de fevereiro, traz a retificação das portarias que estabelecem o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) do milho safrinha e feijão 2ª safra para a temporada 2017/18 no Paraná. No ofício enviado pela Federação constava o pedido de aumento de 20 dias no Zarc para 170 municípios produtores do cereal e 176 da leguminosa.

A solicitação da FAEP surgiu a partir da demanda dos agricultores, que não poderão semear o milho e o feijão no período recomendado em função do prolongamento do ciclo da soja. O atraso na oleaginosa ocorreu em função das condições climáticas adversas em praticamente todas as regiões do Estado. A seca nos meses de setembro e outubro impediu o plantio da soja em praticamente todas as regiões. Nos meses seguintes, as chuvas em excesso e a baixa luminosidade em função dos dias nublados prolongaram o desenvolvimento das plantas.

As novas portarias atendem totalmente o pedido da FAEP para o feijão 2ª safra. Para o milho safrinha, no entanto, o Mapa atendeu parcialmente, estendendo a janela de plantio apenas para os municípios com vencimento do prazo até 10 de fevereiro. Para aqueles com possibilidade de semeadura após a data não houve alteração, permanecendo os prazos anteriores.

Caso confirme a impossibilidade de semeadura do milho safrinha para estes municípios com janela posterior a 10 de fevereiro, a FAEP irá reforçar o pedido junto ao Mapa antes do vencimento do prazo.

Confira as retificações das portarias publicadas pelo Mapa:

Portaria nº 116/2017 - Feijão 2ª safra - Ano-safra 2017/18: prorroga até 20 de fevereiro o período de semeadura das cultivares do grupo I, II e III e solos 2 e 3.

Portaria nº 214/2017 - Milho 2ª safra - Ano-safra 2017/18: prorroga até 20 de fevereiro o período de semeadura das cultivares do grupo I e II, solos 1, 2 e 3, sendo que os decêndios adicionais estão na classe de risco de 40%, o maior nível.

Veja a lista completa dos municípios atendidos no site do Sistema FAEP/SENAR-PR *(www.sistemafaep.org.br).*

Governo cria grupo de trabalho de energias renováveis

Prioridade é estabelecer marco regulatório, além de identificar fontes de financiamento, elaborar agenda de eventos e buscar cooperação internacional

No começo de fevereiro, o governo estadual criou o grupo de trabalho para o desenvolvimento do Programa Paranaense de Energias Renováveis. No início do ano, o governador Beto Richa já havia assinado o decreto passando a coordenação do programa à Secretaria de Estado do Planejamento.

Além do Planejamento, o grupo de trabalho é composto pelas secretarias da Fazenda, da Agricultura e do Abastecimento, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a Copel, sem participação direta do setor produtivo.

A prioridade do grupo de trabalho é estabelecer o marco regulatório de energias renováveis no Estado. Entre outras ações, a agenda prevê a identificação de fontes de financiamento, a integração ao programa Paraná Competitivo, a criação de uma agenda de eventos voltados às energias renováveis, a articulação do Estado com instituições representativas e a busca e o aprofundamento de cooperação internacional.

Programa

O programa espera promover e incentivar a produção e o consumo de energias renováveis, principalmente eólica, solar e biomassa. No Paraná, isso se faz ainda mais necessário pela força das cadeias de produção animal. Ou seja, o uso de dejetos das aves, suínos e bovinos pode ser fonte para a geração de energia. Atualmente, o Paraná conta com o maior rebanho de suínos do país, com 7,13 milhões de cabeças, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda, o Estado é o maior produtor e exportador de frango do Brasil. O grupo de trabalho espera contar com a participação, na área de pesquisa, de universidades e setores produtivo e empresarial.

Contribuição

As quatro viagens técnicas à Europa promovidas pelos Sistema FAEP/SENAR-PR, em 2017, permitiram que produtores rurais, líderes sindicais, secretários de Estado e representantes de órgãos governamentais, instituições privadas e de empresas de energia conhecessem modelos e exemplos de produção de energias renováveis. As comitivas passaram por 22 cidades da Alemanha, Áustria e Itália, países referências na exploração do biogás e de energias eólicas e fotovoltaicas.

Os governos locais adotam há mais de 20 anos políticas de incentivo à produção de bioenergia. A medida contribui também para gerar renda aos produtores rurais, dar finalidade à biomassa produzida no campo, aproveitar recursos naturais e elevar os investimentos em pesquisas sobre tecnologias voltadas à bioenergia.

Safratec Cocamar

O assessor da presidência da FAEP e ex-secretário estadual da agricultura, Antônio Poloni, e o presidente do sindicato rural de Maringá, José Borghi, visitaram, nos dias 24 e 25 de janeiro, a SafraTec Cocamar 2018, evento realizado pela Cocamar Cooperativa Agroindustrial, que neste ano chega à sua 27ª edição. O evento, realizado no município de Floresta (região de Maringá) teve como foco a inovação, levando aos visitantes o que há de mais moderno em máquinas, equipamentos e outras tecnologias. Segundo Poloni, a conservação de solos foi um dos temas centrais do evento, uma vez que a região possui tipos bem diferentes de solo, como o arenito e a terra roxa. "Os participantes têm orientação técnica sobre como melhorar a produção por meio da conservação e do manejo dos diferentes tipos de solo", observou.

Liberação de recurso para o PSR

Na final de janeiro, a FAEP solicitou ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que priorize a publicação do Decreto de Programação Orçamentária, visando liberar os recursos para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para as culturas de inverno. Até o momento não havia programação de verbas orçamentárias para as culturas de inverno no PSR, administrado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O atraso em relação ao calendário agrícola prejudica a contratação do mecanismo de garantia nas operações de crédito rural. Ainda, o fato do Programa Estadual de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural do Paraná estar atrelado ao federal, a falta de operação no âmbito nacional impede o início do local, previsto para o começo de fevereiro.

Nota de repúdio

A FAEP repudiou a decisão da Justiça Federal ao embargar a exportação de gado vivo em todo o território nacional, no dia 2 de fevereiro. Segundo a Federação, proibir o transporte para a Turquia de 27 mil animais vivos, alegando maus tratos sem apresentar as devidas provas, prejudica a imagem do país frente à comunidade internacional.

A decisão foi revogada 48 horas depois pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) e, posteriormente, a presidente do TRF3, desembargadora federal Cecília Marcondes, suspendeu a liminar que impedia a exportação de animais vivos para abate no exterior em todo o território nacional.

LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: ***imprensa@faep.com.br*** com seu nome e endereço.

Sedento - *diz o ditado que passarinho que acorda cedo bebe água limpa. O leitor João Alves registrou um beija-flor matando a sede em Altonia.*

Sem intenção - *a natureza se apresenta nos menores espaços. A leitora Rose Helena, de Goioerê, clicou tomates no vaso, sem que tivessem sido plantados.*

MARINGÁ

CASQUEAMENTO BOVINO DE LEITE

O Sindicato Rural de Maringá realizou, nos dias 16 e 17 de outubro de 2017, o curso Casqueamento Bovino de Leite. O instrutor foi Thiago Bardy e participaram nove pessoas.

CIANORTE

TRATORISTA AGRÍCOLA

O curso Tratorista Agrícola – Operações e Manutenções de Implementos: Arado de disco, Grade, Escarificador, Subsolador, Cultivador, Semeadeira e Plantadeira foi realizado nos dias 8 e 9 de novembro de 2017, no Sindicato Rural de Cianorte. Participaram 12 pessoas com o instrutor Lucas David Schemberger.

ALTAMIRA DO PARANÁ

GESTÃO DE PESSOAS

A instrutora Luciane Lousano Pimentel capacitou 17 pessoas no curso Gestão de Pessoas - comunicação e técnicas de apresentação realizado dias 18 e 19 de janeiro, pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa.

CIDADE GAÚCHA

CONDUTORES DE VEÍCULOS

O Sindicato Rural de Cidade Gaúcha realizou, de 8 a 12 de janeiro, o curso Condutores de Veículos - DETRAN - cargas indivisíveis. Participaram 18 pessoas tendo como instrutor Aparecido Vieira.

PONTA GROSSA

ROÇADEIRA PROFISSIONAL

O Sindicato Rural de Ponta Grossa realizou o curso Operação e Manutenção de Roçadeira Profissional nos dias 1º e 2 de fevereiro. O instrutor foi Emerson Massoqueto Batista e participaram 16 pessoas.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

TRABALHADOR NA APICULTURA

O curso Trabalhador na Apicultura - apicultura I foi realizado no Sindicato Rural de São José dos Pinhais, de 1º a 9 de fevereiro. Participaram 16 pessoas com o instrutor Cesar Ronconi de Oliveira.

JACAREZINHO

CONDUTORES DE VEÍCULOS

O Sindicato Rural de Jacarezinho realizou, de 15 a 19 de janeiro, o curso Condutores de Veículos - DETRAN - movimentação e operação de produtos perigosos (MOPP). O instrutor foi Rovani Dutra de Souza e participaram 25 pessoas.

TEIXEIRA SOARES

GESTÃO DE PESSOAS

O Sindicato Rural de Teixeira Soares realizou, nos dias 7 e 8 de fevereiro, o curso Gestão de Pessoas - comunicação e técnicas de apresentação. A instrutora foi Caren Kelli Jenczmionki e participaram 16 pessoas.

VIA RÁPIDA

Rei Momo

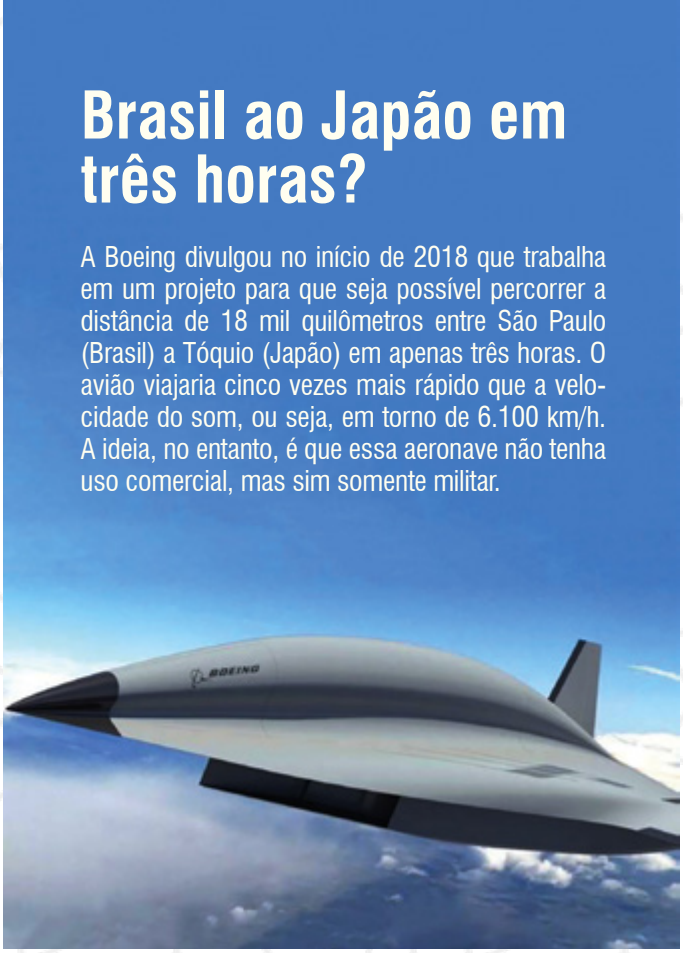
O Rei Momo, zombeteiro personagem que comanda a folia tem sua origem na mitologia grega. Filho da deusa Nix, que personifica a noite, ele foi expulso do Olimpo por criticar as criações dos outros deuses. No Brasil, ele compõe a Corte do Carnaval, ao lado da rainha e das princesas da festa. No Rio de Janeiro ele é escolhido anualmente por concurso. Um dos critérios era pesar mais de 120 quilos, mas com as preocupações com a obesidade, essa exigência foi abandonada. Hoje existe Rei Momo magro por aí.

Zona do Silêncio

Este é um lugar da Terra onde os rádios não funcionam, os relógios ficam perdidos no tempo e os compassos ficam fora de controle. É considerado um dos lugares mais estranhos da Terra, situado no 27º paralelo ao norte do Triângulo das Bermudas. A Zona do Silêncio está localizada a cerca de dois mil metros acima do nível do mar.

Brasil ao Japão em três horas?

A Boeing divulgou no início de 2018 que trabalha em um projeto para que seja possível percorrer a distância de 18 mil quilômetros entre São Paulo (Brasil) a Tóquio (Japão) em apenas três horas. O avião viajaria cinco vezes mais rápido que a velocidade do som, ou seja, em torno de 6.100 km/h. A ideia, no entanto, é que essa aeronave não tenha uso comercial, mas sim somente militar.



Morte personalizada

Uma funerária da cidade de Accra, em Gana, na África, (com quase 2 milhões de habitantes), resolveu sair das formas convencionais de fabricação de caixões e atende pedidos para modelos customizados. Os primeiros três modelos fabricados têm, respectivamente, o formato de uma garrafa de refrigerante, da fuselagem de um avião comercial e de um celular gigante daquele modelo também conhecido carinhosamente como tijolão. E aí, algum desses modelos lhe agrada?

Churrasco de apartamento

Quem mora no campo sempre tem um familiar que se muda para um apartamento em uma cidade grande para estudar, não é mesmo? E para esta pessoa aquele churrasco com maionese de fim de semana vira uma lembrança. Mas um produto lançado recentemente promete acabar com esse problema. A "Jobs Grill" é uma churrasqueira que usa as quatro bocas do fogão a gás para grelhar bifes, linguiças e o que mais o gosto do churrasqueiro quiser. O custo é de R$ 300 e o item pode ser encontrado na internet.

Jeans

Kim Jung-un, o ditador da Coreia do Norte, é conhecido por todos pelas suas decisões polêmicas e extravagâncias. Kim estabeleceu diversas regras severas de vestimenta e até mesmo impôs certos cortes de cabelo. O jeans azul é considerado um emblema do capitalismo, de modo que é totalmente proibido na Coreia do Norte.

Por que a potência dos carros se mede em cavalos?

Que criança nunca pensou em abrir o capô do carro para ver onde estavam os tais 150 cavalos do motor? O raciocínio "ingênuo" na verdade está parcialmente correto, pois a origem da medida é uma comparação com os animais. Antes dos primeiros motores (a vapor) serem inventados, os ingleses usavam cavalos em minas de carvão. Como eles foram os primeiros clientes da nova tecnologia, era preciso estabelecer uma comparação de quantos cavalos seriam economizados caso um motor fosse adotado no lugar. O inventor escocês James Watt foi quem determinou então que um cavalo é a força necessária para levantar 150 quilos a 30 metros de altura em um minuto.

UMA SIMPLES FOTO

Acabado

Numa competição linguística em Lisboa, a pergunta final foi a seguinte: Como explicar a diferença entre COMPLETO e ACABADO de maneira fácil de entender?
A resposta vencedora foi:
Ao casar com a mulher certa, você está COMPLETO.
Ao casar com a mulher errada você está ACABADO.
E quando a mulher certa te apanha com a mulher errada, você está ACABADO por COMPLETO!!

Agora, você também pode acompanhar **24 horas por dia** o que o Sistema FAEP/SENAR-PR está fazendo.

Siga nossas redes sociais

Facebook
Sistema Faep

Instagram
sistema.faep

Twitter
SistemaFAEP

Linkedin
sistema-faep

Flickr
SistemaFAEP

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

- ☐ Mudou-se
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Endereço Insuficiente
- ☐ Não existe o nº indicado
- ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico
- ☐ Falecido
- ☐ Ausente
- ☐ Não Procurado

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/_____
Em ____/____/_____

_____
Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais